

CONTRATO FIRME DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

COMPASS COMERCIALIZAÇÃO S.A.
(VENDEDORA)

e

COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS
(COMPRADORA)

São Paulo
30 de agosto de 2021



Índice

1. DEFINIÇÕES	3
2. OBJETO	9
3. PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO	9
4. QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL	10
5. COMPROMISSOS DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.....	11
6. PREÇO	12
7. FATURAMENTO E DOCUMENTOS DE COBRANÇA	13
8. TRIBUTAÇÃO	17
9. QUALIDADE DO GÁS	18
10. PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS	19
11. CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	21
12. PARADAS PROGRAMADAS	21
13. MEDIÇÃO	22
14. ENCARGOS	22
15. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	24
16. INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	26
17. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	29
18. CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.....	30
19. NOTIFICAÇÕES	31
20. CONFORMIDADE	31
21. SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA.....	33
22. DECLARAÇÕES E GARANTIAS	33
23. TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS	33
24. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	35
25. ASSINATURAS	35



CONTRATO FIRME DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

São Partes neste instrumento:

- (a) **COMPASS COMERCIALIZAÇÃO S.A.**, sociedade anônima com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4100, 16º andar, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 19.046.324/0001-99, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **VENDEDORA**.
- (b) **COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS**, sociedade anônima com sede na Rua Capitão Faustino de Lima nº 134, Brás, Cidade de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/ME) sob o nº 61.856.571/0001-17, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **COMPRADORA**.

CONSIDERANDO QUE:

- A **COMPRADORA** é uma concessionária de distribuição de gás natural no Estado de São Paulo, atendendo aproximadamente 2 milhões de consumidores em diversos segmentos, por meio de uma rede de aproximadamente 16.000 km de gasodutos.
- A **VENDEDORA** é uma empresa cujo principal objeto social é a comercialização de gás natural, possuindo as autorizações necessárias para a importação e comercialização de gás natural (Autorização ANP n.º 310, em 20 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2015, e Autorização ARSESP n.º 09/2015, em 07 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2015).
- A **COMPRADORA** deseja adquirir quantidades do gás natural da **VENDEDORA**, na modalidade Firme, em conformidade com as disposições aqui estabelecidas.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente “Contrato Firme de Compra e Venda de Gás” (“CONTRATO”), de acordo com as cláusulas abaixo que mutuamente estipulam, outorgam e aceitam, a saber:

1. DEFINIÇÕES

Qualquer termo ou expressão grafado em maiúsculas e/ou **VERSALETE** (CAIXA ALTA) neste CONTRATO terá o significado que lhe foi atribuído nesta Cláusula 1 (DEFINIÇÕES), seja no singular ou no plural:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa, em uma sociedade ou outra forma de organização comercial, (i) a titularidade direta ou indireta de mais de 50% (cinquenta por cento) dos direitos de voto e (ii) o poder de orientar ou determinar a orientação da administração ou políticas.

ANO: significa cada período que:

- (a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;



- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

ARREDONDAMENTO, ARREDONDADO ou ARREDONDAR: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

ARSESP: significa a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 52.455, de 7 de dezembro de 2007, ou qualquer outra entidade que, por força de lei ou regulamentação, venha a substituí-la.

AUTORIDADE GOVERNAMENTAL: significa, em relação a qualquer país, governo nacional, regional, estadual, municipal, local ou outro governo desse país, qualquer ministério, departamento, subdivisão política, autarquia, agência, comissão, corporação, entidade, empresa, conselho, gabinete, autoridade, órgão judicial ou órgão administrativo sob o controle direto ou indireto de qualquer governo, incluindo qualquer autoridade portuária ou qualquer organização quase governamental, em todo caso, agindo dentro de sua devida autoridade legal.

BANCO CUSTODIANTE: significa INSTITUIÇÃO DE PRIMEIRA LINHA com a qual seja celebrado contrato para a administração da CONTA DE CUSTÓDIA, autorizada por ambas as PARTES.

BRENT: significa o preço do barril de petróleo Brent Platts Dated Mid, publicado no *Platts Oilgram Price Report* (Código Platts PCAAS00), pela média simples mensal coincidindo com o mês de competência (mês M) deste CONTRATO.

BTU ou BTU (BRITISH THERMAL UNIT): significa British Thermal Unit, ou Unidade Térmica Britânica, unidade inglesa utilizada para medir potência térmica. 1 (uma) British Thermal Unit corresponde à 251,9958 cal (duzentos e cinquenta e um inteiros e nove mil, novecentos e cinquenta e oito décimos de milésimos de calorias) nas CONDIÇÕES-BASE. 1 MMBTU significa um milhão de British Thermal Units.

CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas, estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura de 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.



CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento que se enquadre nas condições e situações previstas na Cláusula 15 (CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR).

CONDIÇÕES BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE ENTREGA: significam as condições de disponibilização do GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA definidas na Cláusula 11 (CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTA DE CUSTÓDIA: significa a conta bancária cuja movimentação depende da autorização de ambas as PARTES, mantida junto ao BANCO CUSTODIANTE, por meio do qual a PARTE que discordar de qualquer quantia cobrada em decorrência do CONTRATO poderá efetuar pontualmente o depósito de quantia igual à diferença entre o montante global cobrado e a parcela incontroversa dessa cobrança. Neste caso, caberá à PARTE que suscitar a controvérsia o ônus de abertura e manutenção da CONTA DE CUSTÓDIA durante o tempo em que durar a controvérsia. O contrato da CONTA DE CUSTÓDIA deverá respeitar o disposto no presente instrumento.

CONTRATO: significa este contrato de compra e venda de GÁS celebrado na MODALIDADE FIRME, seus eventuais anexos e aditivos celebrados.

CPI: significa a inflação do dólar americano. Será utilizado o valor medido pelo índice de preços ao consumidor (CPI - Consumers Prices Index) publicado pelo U.S. Labor Statistics, pelo governo dos Estados Unidos da América.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término à 00:00h (zero hora) do dia calendário seguinte, referenciados à GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas).

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da VENDEDORA e da COMPRADORA.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título emitido por uma PARTE à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido na Cláusula 7.8.

ESTAÇÃO DE ENTREGA: significa o conjunto de instalações, incluindo minimamente o SISTEMA DE MEDIÇÃO, necessárias para disponibilizar o GÁS à COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, pela VENDEDORA ou por terceiro por ela contratado, nas condições estabelecidas no CONTRATO. Para atender as exigências previstas pela regulação e/ou por este CONTRATO, a ESTAÇÃO DE ENTREGA



poderá ou não contemplar também outros sistemas e equipamentos, tais como filtros, aquecedores e válvulas reguladoras.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa qualquer dos eventos definidos na Cláusula 16.1.

FALHA DE FORNECIMENTO ou FALHA NO FORNECIMENTO: significa qualquer dos eventos definidos na Cláusula 14.2.1.

FATOR DE CONVERSÃO (FC): significa o fator de conversão correspondente a 1.055.056 kJ/MMBTU (um milhão, cinquenta e cinco mil e cinquenta e seis quiloJoules por milhão de BTU), que equivale a 251.996 kcal (duzentos e cinquenta e um mil novecentos e noventa e seis quilocalorias) nas CONDIÇÕES-BASE. Esse fator de conversão é baseado nos parâmetros ISO 80000-5 de 2007.

FITCH: significará a Fitch Ratings Services (ou o sucessor desta).

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto deste CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas Condições Base; que tenha origem nacional ou importada que, após processamento, atenda à especificação do regulamento técnico que é parte integrante da resolução ANP nº 16, de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la.

INFORMAÇÃO DIVULGADA: tem o significado especificado na Cláusula 17.2.

INÍCIO DO FORNECIMENTO: conforme definido na Cláusula 3.1.1.

INSTITUIÇÃO DE PRIMEIRA LINHA: significa a instituição bancária brasileira que esteja dentre as 10 (dez) mais bem classificadas no rating local pela Moody's, S&P ou Fitch, à época da escolha ou contratação, que possua no mínimo um dos seguintes ratings: Aa2.Br (Moody's), br.AA (S&P), AA(bra) (Fitch).

LEI: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria) vigente no Brasil e aplicável ao disposto no CONTRATO ou que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significa toda a LEI brasileira aplicável que proíba a lavagem de dinheiro ou proíba o negócio que, de qualquer outra forma, seja oriundo de práticas criminosas, corrupção, suborno, concessão de presentes ilegais, pagamentos facilitadores ou outros benefícios a qualquer funcionário público ou a qualquer outra pessoa, incluindo as leis penais brasileiras, Lei n. 12.846/2013 e a Convenção para o Combate de Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) internalizada por meio do Decreto 3.678/2000.

MÊS: significa, para o primeiro MÊS, o período que começa no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina à 00:00h (zero hora) do último DIA de tal MÊS. Para o último MÊS, começará no primeiro DIA do MÊS correspondente e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais MESES, corresponde a cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada MÊS e terminando à 00:00h (zero hora) do último DIA de tal MÊS. MENSALMENTE será interpretado de modo análogo.



METRO CÚBICO ou m³: significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MODALIDADE FIRME: significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual a VENDEDORA se obriga a fornecer GÁS e a COMPRADORA a retirar, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, observadas as regras referentes ao TAKE OR PAY.

MOODY'S: significa a Moody's Investors Services (ou o sucessor desta).

MUDANÇA DE CONTROLE: significa, em relação a qualquer das PARTES, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, a mudança de titularidade, em um único evento ou em uma combinação de eventos, de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias em circulação, desconsiderando-se, para esse fim, as transferências de ações realizadas: (i) entre acionistas controladores, ou (ii) dos acionistas controladores para suas respectivas controladoras, controlada, ou sociedade sob controle comum. Também será considerado como MUDANÇA DE CONTROLE se os eventos acima ocorrerem na empresa atualmente controladora de cada PARTE. Para fins desta definição, "CONTROLE" significa, em uma sociedade ou outra forma de organização comercial: (i) a titularidade direta ou indireta de mais de 50% (cinquenta por cento) dos direitos de voto; e (ii) o poder de orientar ou determinar a orientação da administração ou políticas.

MULTA: significa o valor percentual definido nos ENCARGOS MORATÓRIOS, aplicado como penalidade pelo atraso no pagamento, por uma das PARTES, de qualquer valor devido em decorrência deste CONTRATO.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na Cláusula 19 (NOTIFICAÇÕES), cujo recebimento possa ser provado, pela PARTE emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica, fac-símile ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se NOTIFICAR e suas flexões verbais como o ato de enviar uma NOTIFICAÇÃO.

PARADA(S) PROGRAMADA(S): significam as situações transitórias descritas na Cláusula 12.

PARTE(S): no singular, significa a VENDEDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso; no plural, significa a VENDEDORA e a COMPRADORA, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste CONTRATO.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, nos termos da Cláusula 15 (CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR).

PARTE DIVULGADORA: tem o significado especificado na Cláusula 17.2.

PARTE INADIMPLENTE: significa a PARTE que cometeu o EVENTO DE INADIMPLENTO.

PARTE NÃO-INADIMPLENTE: significa a PARTE que não cometeu o EVENTO DE INADIMPLENTO.

PARTE RECEPTORA: tem o significado especificado na Cláusula 17.2.

PERÍODO DE FATURAMENTO: significa o período definido na Cláusula 7.1.

PERÍODO DE FORNECIMENTO: significa o período em que a VENDEDORA entregará GÁS à COMPRADORA, conforme previsto na Cláusula 3.1.



PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO).

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, a pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m³ (quilocaloria por metro cúbico). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules.

PONTO DE ENTREGA (ou PONTOS DE ENTREGA): significa o Citygate da COMPRADORA localizado na Baixada Santista.

PREÇO DO GÁS: significa o preço da molécula do GÁS no PONTO DE ENTREGA (Citygate da COMPRADORA localizado na Baixada Santista), em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme Cláusula 6 (PREÇO).

PTAX 800: significa a cotação da moeda norte-americana, apurada pelo Banco Central do Brasil, consistente na taxa de câmbio média ponderada entre as cotações do dólar e o volume de operações envolvendo cada uma destas taxas a que foi negociado ao longo do dia.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados na Cláusula 9 (QUALIDADE DO GÁS).

QUANTIDADE DE GÁS: significa determinado volume de GÁS em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS objeto do compromisso de fornecimento da VENDEDORA neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD): significa a QUANTIDADE DE GÁS que, no DIA, tenha sido efetivamente colocada, pela VENDEDORA, à disposição da COMPRADORA, determinada por PONTO DE ENTREGA, conforme Cláusula 10.1.10.9.

QUANTIDADE DIÁRIA MÍNIMA (QDM): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a COMPRADORA se obriga a adquirir em bases diárias, conforme Cláusula 5.2.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado para, no dia, disponibilizar à COMPRADORA, por PONTO DE ENTREGA, conforme disposto na Cláusula 10 (PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO)

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA PELA COMPRADORA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA, conforme as hipóteses previstas nas Cláusulas 10.1, 10.2 e 10.3 e seguintes.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS retirada pela COMPRADORA, no DIA, no PONTO DE ENTREGA, conforme especificado na Cláusula 13.6.



QUANTIDADE MEDIDA (QM): significa a quantidade de GÁS entregue à COMPRADORA no DIA, em determinado PONTO DE ENTREGA, conforme apurada pelo respectivo SISTEMA DE MEDIÇÃO, expressa em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES BASE.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme previsto na Cláusula 5.1.2.

REPRESENTANTES: significam, em relação a qualquer das PARTES, quaisquer diretores, conselheiros, administradores, empregados, contratados, subcontratados, prepostos a qualquer título, auditores, advogados, consultores, comitentes ou AFILIADA, ou, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica que participou de negociações entre as PARTES e/ou teve acesso a informações confidenciais.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, analisadores, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, que possibilitam a medição do GÁS fornecido na ESTAÇÃO DE ENTREGA.

S&P: significa a Standard and Poor's Rating Services (ou sua sucessora).

TAKE OR PAY (TOP): significa o valor do compromisso de retirada do GÁS da COMPRADORA, na forma da Cláusula 5.1. O valor do TOP será faturado na forma da Cláusula 7.3.

TAXA DE CÂMBIO: significa o valor médio mensal publicado no PTAX800 pelo Banco Central do Brasil.

TRSP: significa o terminal de regaseificação de gás natural liquefeito a ser construído no Estado de São Paulo pela VENDEDORA ou qualquer de suas AFILIADAS, exceto a COMPRADORA e/ou qualquer empresa concessionária de distribuição de gás canalizado.

USD: significa a moeda oficial dos Estados Unidos Americanos.

USUÁRIO: significa qualquer cliente da COMPRADORA, consumidor do GÁS adquirido da VENDEDORA por meio deste CONTRATO.

USUÁRIO LIVRE: significa o consumidor em condições de celebrar Contrato de Compra e Venda de Gás e Contrato de Uso do Sistema de Distribuição, nos termos da Deliberação ARSESP nº 1.061, de 06 de novembro de 2020.

VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR): conforme definido na Cláusula 16.7.

2. OBJETO

2.1. O presente CONTRATO tem por objeto a venda pela VENDEDORA e a compra pela COMPRADORA de GÁS, na MODALIDADE FIRME, de GÁS natural especificado de propriedade da VENDEDORA, a ser disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, segundo as condições estipuladas neste CONTRATO.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO

3.1. O presente CONTRATO entrará em vigor e será válido na data de sua celebração e seu término ocorrerá em 10 (dez) ANOS após a efetiva data de INÍCIO DE FORNECIMENTO (PERÍODO DE FORNECIMENTO), observado o disposto na Cláusula 3.1.1 deste CONTRATO.



3.1.1. O INÍCIO DE FORNECIMENTO será às 00h00 (zero horas) de 01 de julho de 2023, podendo ser antecipado em até 06 (seis) meses, desde que, cumulativamente, (i) o TRSP esteja em operação antes dessa data, (ii) a VENDEDORA tenha notificado a COMPRADORA sobre a possibilidade de antecipação do INÍCIO DE FORNECIMENTO antes de 01 de agosto de 2022, e (iii) a COMPRADORA tenha concordado com referida antecipação. O término do PERÍODO DE FORNECIMENTO deverá ocorrer às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do 10º (décimo) aniversário do INÍCIO DE FORNECIMENTO ou nos termos da cláusula 6.7.

3.1.2. A VENDEDORA deverá informar mensalmente à COMPRADORA a expectativa de início de operação do TRSP.

3.2. O presente CONTRATO extinguir-se-á automaticamente após o término do prazo de vigência estabelecido na Cláusula 3.1, sem a necessidade de qualquer comunicação, por qualquer das PARTES.

3.2.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.2, permanecerão válidas as regras referentes às disposições relativas a incidências tributárias, faturamento e documentos de cobrança, constantes das Cláusulas 7 (FATURAMENTO E DOCUMENTOS DE COBRANÇA), 8 (TRIBUTAÇÃO), 17 (SIGILO E CONFIDENCIALIDADE), 24 (SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS), bem como das que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

4. QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL

4.1. A partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, observado o disposto na Cláusula 10 deste CONTRATO, corresponderão à 3.125.000 m³/dia (três milhões cento e vinte cinco mil metros cúbicos por dia).

4.2. Caso a COMPRADORA solicite quantidades de GÁS dentro dos limites acima descritos e de acordo com o previsto na Cláusula 10, a VENDEDORA se compromete a entregar tais quantidades, e não o fazendo estará caracterizada uma FALHA NO FORNECIMENTO.

4.3. 6 (seis) meses antes da data estimada para o INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA deverá informar a COMPRADORA sobre o comissionamento do TRSP, que deverá ocorrer durante os 3 (três) meses anteriores ao INÍCIO DE FORNECIMENTO, período em que a COMPRADORA estará obrigada a receber os volumes disponibilizados pela VENDEDORA, desde que não superiores a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

4.3.1. Durante o período de comissionamento, estarão suspensas as obrigações de Compromisso de Retirada, Quantidade Diária Mínima (QDM), Encargos por Falha no Fornecimento e Erros de Programação.

4.4. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente à jusante do medidor de vazão do SISTEMA DE MEDIÇÃO localizado no PONTO DE ENTREGA.

4.4.1. Excepcionalmente, para casos em que o flange não esteja localizado em local que permita o acesso da COMPRADORA para a realização de manutenções, as PARTES poderão definir um outro ponto de transferência de propriedade em comum acordo.

4.5. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do ponto de transferência de propriedade, serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do ponto de transferência de propriedade, serão de responsabilidade da COMPRADORA.



4.6. A COMPRADORA poderá, caso um ou mais USUÁRIOS da COMPRADORA opte(m) pela migração para a condição de USUÁRIO LIVRE, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA por meio do CONTRATO, reduzir a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) pela quantidade de GÁS que o(s) USUÁRIO(s) que optou(aram) pela condição de USUÁRIO LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, limitada à 2.500.000 m³/dia (dois milhões e quinhentos mil metros cúbicos por dia), mediante a solicitação da COMPRADORA à VENDEDORA e a celebração de aditivo contratual. As PARTES se comprometem a celebrar aditivos contratuais para registrar as reduções da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL - QDC, nos termos desta Cláusula, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento pela VENDEDORA da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA, passando a valer a nova QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) concomitantemente à data de migração do USUÁRIO, a ser indicada pela COMPRADORA na NOTIFICAÇÃO.

5. COMPROMISSOS DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1. Compromisso de Retirada do GÁS da COMPRADORA - TAKE OR PAY (TOP)

5.1.1. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS ou não utilização da QDC pactuada pela COMPRADORA por FALHA NO FORNECIMENTO ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a, em cada ANO, adquirir e retirar da VENDEDORA e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de TAKE OR PAY (TOP), conforme Cláusula 7.3, uma QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente ANO, seja igual ou superior a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

5.1.2. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida na Cláusula 5.1.1, as eventuais QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) pela COMPRADORA referentes ao TAKE OR PAY (TOP) a cada ANO serão calculadas conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_{TOP} = \left((0,80) \times \sum_{j=1} QDC_j \right) - (QN_{FF} + QN_{FM}) - \left(\sum_{j=1} QDR_j \right)$$

QNR _{TOP}	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no correspondente ANO, para fins de TAKE OR PAY (TOP), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
QDC _j	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL para o DIA “j”.
QN _{FF}	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo ANO.
QN _{FM}	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo ANO que não tenham sido consideradas no momento da NOTIFICAÇÃO da QDS conforme Cláusula 10.4(b).
QDR _j	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” no PONTO DE ENTREGA.
J	É um determinado DIA do correspondente ANO.

5.1.2.1. Caso em determinado ANO seja identificada a existência de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR), na forma da Cláusula 5.1.2, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o montante previsto conforme Cláusula 7.3, correspondente ao TAKE OR PAY (TOP), sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.1.

5.2. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS ou não utilização da QDC pactuada pela COMPRADORA por FALHA NO FORNECIMENTO ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a, em cada DIA, adquirir e retirar da VENDEDORA e,



mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de QUANTIDADE DIÁRIA MÍNIMA (QDM), a quantidade de 1.900.000 m³/dia (um milhão e novecentos mil metros cúbicos por DIA), sob pena de incorrer nas penalidades previstas na Cláusula 7.4 do CONTRATO.

5.3. Não poderá ser exigido da COMPRADORA compromisso de retirada de volume mínimo contratado (TAKE-OR-PAY) que supere o volume total de GÁS distribuído naquele ANO pela COMPRADORA no seu mercado cativo.

6. PREÇO

6.1. O PREÇO DO GÁS (PG), para os volumes consumidos na QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), expresso em R\$/m³, será calculado conforme abaixo:

$$PG_m = \left\{ (11,6\% \times Brent) + \left[(1,38) \times \left(\frac{CPI_m}{CPI_0} \right) \right] \right\} \times TC/f$$

PG_m	É o PREÇO DO GÁS do PERÍODO DE FATURAMENTO, expresso em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
Brent	Significa o preço do barril de petróleo Brent Platts Dated Mid, publicado no <i>Platts Oilgram Price Report</i> (Código Platts PCAAS00), pela média simples mensal coincidindo com o MÊS de competência anterior (MÊS M) deste CONTRATO.
TC	É a TAXA DE CâMBIO usada para a conversão correspondente à PTAX média MÊS anterior do PERÍODO DE FATURAMENTO.
F	É o fator utilizado para converter MMBtu para m ³ , que é igual a 26,8081 m ³ /MMBtu (vinte e seis inteiros e oito mil e oitenta e um décimos de milésimos de metros cúbicos por milhão de BTU), resultado da divisão de 251.996 kcal (duzentos e cinquenta e um mil novecentos e noventa e seis quilocalorias) por 9400 kcal/m ³ (nove mil e quatrocentas quilocalorias por metro cúbico) equivalente ao fator de conversão de MMBtu para m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.
CPI_m	É o valor referente à inflação do dólar americano publicado pela <i>Bureau of Labor Statistics</i> referente ao segundo MÊS anterior ao mês de cálculo.
CPI_0	É o valor de referência deste mesmo índice de preços, referente ao mês de janeiro de 2020, igual a 257.971 (duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e um).

6.2. As PARTES poderão realizar uma revisão do PREÇO DO GÁS (PG) de acordo com os termos desta Cláusula 6.2 e seguintes, aplicável imediatamente após o 5º (quinto) aniversário da data do INÍCIO DE FORNECIMENTO.

6.2.1. Em até 240 (duzentos e quarenta) DIAS anteriores ao 5º (quinto) aniversário da data do INÍCIO DE FORNECIMENTO, será realizado um leilão junto a potenciais vendedores qualificados de GÁS, nos termos da regulação vigente à época, para que estes apresentem proposta de suprimento de GÁS vinculante para as condições contratuais previstas neste CONTRATO, considerando a entrega do GÁS no PONTO DE ENTREGA da COMPRADORA ou em outro citygate por ela indicado (LEILÃO DE GÁS).

6.3. Em até 10 (dez) DIAS da realização do LEILÃO DE GÁS, caso a COMPRADORA receba uma ou mais propostas em condições melhores que as condições previstas neste CONTRATO, a COMPRADORA enviará notificação à VENDEDORA indicando a melhor oferta recebida e concedendo DIREITO DE PREFERÊNCIA à VENDEDORA para que esta informe, durante os 10 (dez) DIAS subsequentes ao recebimento da notificação da COMPRADORA, se aceita readequar o PREÇO



DO GÁS (PG) deste CONTRATO ao PREÇO DO GÁS (PG) mais competitivo apresentado no LEILÃO DE GÁS.

6.4. Caso a VENDEDORA exerça seu DIREITO DE PREFERÊNCIA dentro do prazo estabelecido acima, as PARTES deverão celebrar aditivo ao CONTRATO reestabelecendo o novo PREÇO DO GÁS (PG) em até 30 (trinta) DIAS contados do exercício do DIREITO DE PREFERÊNCIA. Tal aditivo entrará em vigor e terá plena eficácia imediatamente após o 5º (quinto) aniversário da data do INÍCIO de FORNECIMENTO.

6.5. Caso a VENDEDORA não exerça seu DIREITO DE PREFERÊNCIA dentro do prazo estabelecido acima, este CONTRATO será considerado extinto de pleno direito às 24 (vinte e quatro) horas do dia anterior ao 5º (quinto) aniversário da data do INÍCIO de FORNECIMENTO.

6.6. Na hipótese de o LEILÃO DE GÁS ser considerado deserto pela COMPRADORA, por ausência de propostas vinculantes ou ausência de PREÇO DO GÁS (PG) melhor do que o PREÇO DO GÁS (PG) estabelecido neste CONTRATO, a COMPRADORA deverá notificar a VENDEDORA em até 10 (dez) DIAS do LEILÃO DE GÁS informando sobre seu resultado.

6.6.1. Na ocorrência do previsto na Cláusula 6.5 acima, as PARTES poderão repactuar o PREÇO DO GÁS (PG) com base nas condições de mercado, baseada em tomadas de preços e negociações individuais com potenciais supridores. Nesse caso, não chegando a um consenso quanto ao PREÇO DO GÁS (PG) que será praticado nos próximos 5 (cinco) ANOS, com até 60 (sessenta) dias de antecedência do 5º (quinto) aniversário, o CONTRATO estará extinto de pleno direito no prazo estabelecido na Cláusula 6.4 acima.

6.7. Se o TRSP não estiver pronto para iniciar a operação na data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, fica a VENDEDORA obrigada pelo prazo de até 12 (doze) meses a prover à COMPRADORA o volume de GÁS ora contratado para fins de distribuição sem qualquer custo adicional para a COMPRADORA (incluindo eventuais custos de transporte que se incorram para entrega do GÁS), respeitando a compatibilidade dos volumes e condições comerciais análogas às previstas neste CONTRATO, sendo que a diferença entre o PREÇO DO GÁS previsto neste CONTRATO e o preço de mercado disponível será arcada pela VENDEDORA.

6.7.1. Após o decurso do prazo de 12 (doze) meses acima citado sem que o TRSP tenha entrado em operação, fica automaticamente encerrado este CONTRATO, sem que nenhuma indenização ou pagamento adicional seja devido por uma PARTE a outra.

7. FATURAMENTO E DOCUMENTOS DE COBRANÇA

7.1. Periodicidade. O fornecimento de GÁS e quaisquer valores devidos por qualquer PARTE serão faturados mensalmente, após o correspondente MÊS a que se refiram (PERÍODO DE FATURAMENTO), devendo ser emitidos os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA aos quais serão acrescidos os tributos, quando aplicáveis.

7.2.1. Faturamento regular. Pelo fornecimento de GÁS em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = PG \times \sum_{j=1}^N QDR_j$$

<i>FAT</i>	É o valor do faturamento pelo fornecimento do GÁS, a ser pago pela COMPRADORA na forma prevista neste CONTRATO.
------------	---



PG	É o PREÇO DO GÁS (PG) no PERÍODO DE FATURAMENTO, acrescido dos tributos aplicáveis, expresso em R\$/m ³ .
QDR_j	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no dia “j”.
N	É o número de DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO.
j	É o j-ésimo DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.

7.2.1. Para fins da Cláusula 7.1 acima, o PREÇO DO GÁS, bem como suas frações, após o acréscimo dos tributos aplicáveis, será arredondado na quarta casa decimal.

7.3. Faturamento pelo não atendimento ao compromisso de recebimento pela COMPRADORA. TAKE OR PAY (TOP). O valor a ser pago de TAKE OR PAY (TOP) pela COMPRADORA à VENDEDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado ANO, na forma da Cláusula 5.1.2, será conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{TOP} = QNR \times PM, \text{ onde:}$$

FAT_{TOP}	É o valor a ser pago de TAKE OR PAY (TOP) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de recebimento estabelecido na Cláusula 5.1.
QNR	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no ANO de apuração, expressa em metros cúbicos, para fins de TAKE OR PAY (TOP), na forma da Cláusula 5.1.2, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA, no PERÍODO DE FATURAMENTO, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

7.3.1. Será emitido DOCUMENTO DE COBRANÇA referente ao TAKE OR PAY (TOP) incorrido pela COMPRADORA.

7.4. Faturamento pelo não atendimento ao compromisso de QUANTIDADE DIÁRIA MÍNIMA (QDM) da COMPRADORA. O valor a ser pago de QUANTIDADE DIÁRIA MÍNIMA (QDM) pela COMPRADORA à VENDEDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) inferior a 1.900.000 milhões de m³/Dia (um milhão e novecentos mil metros cúbicos por dia) em determinado DIA, na forma da Cláusula 5.2, será conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{QDM} = (QDM - QDR) \times PM, \text{ onde:}$$

FAT_{QDM}	É o valor a ser pago de QUANTIDADE DIÁRIA MÍNIMA pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de recebimento estabelecido na Cláusula 5.2.
QDM	Significa a QUANTIDADE DE GÁS que a COMPRADORA se obriga a adquirir em bases diárias, conforme Cláusula 5.2.
QDR	Significa a QUANTIDADE DE GÁS retirada pela COMPRADORA, no DIA, no PONTO DE ENTREGA, conforme especificado na Cláusula 13.6.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA, no PERÍODO DE FATURAMENTO, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

7.4.1. Será emitido DOCUMENTO DE COBRANÇA referente à QUANTIDADE DIÁRIA MÍNIMA incorrido pela COMPRADORA.

7.5. Para fins desta Cláusula 7 (FATURAMENTO E DOCUMENTOS DE COBRANÇA), os valores referentes aos tributos aplicáveis ao PREÇO DO GÁS (PG) serão adicionados a estes e constarão do DOCUMENTO DE COBRANÇA.



7.6. Após o acréscimo dos tributos aplicáveis, conforme Cláusula 7.5, os valores sofrerão o ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal e serão expressos em R\$/m³ (Reais por Metro Cúbico) nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

7.7. O pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, a ser emitido nos termos deste CONTRATO, deverá ser feito na forma prevista na Cláusula 7.13.

7.8. No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito à atualização monetária com base na variação acumulada do IGP-M acrescida de encargos moratórios de 1% (um por cento) a cada período de 30 (trinta) DIAS, a título de juros moratórios aplicado sobre o valor atualizado pelo IGP-M, ambos pro rata die, e de uma multa por pagamento em atraso no valor de 2% (dois por cento) calculada sobre o montante devidamente atualizado e acrescido dos encargos moratórios, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado.

7.9. Todos os DOCUMENTOS DE COBRANÇA e os DOCUMENTOS DE CRÉDITO deverão ser apresentados até o 5º (Quinto) DIA útil do MÊS subsequente ao correspondente PERÍODO DE FATURAMENTO ou no 1º (primeiro) DIA ÚTIL imediatamente posterior.

7.10. Quaisquer valores com relação a períodos de apuração superiores a um MÊS serão faturados no mês imediatamente seguinte ao término do correspondente período.

7.11. Em caso de apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA com atraso ao prazo previsto, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de DIAS ÚTEIS do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa comprovada da PARTE responsável pelo pagamento.

7.12. Em caso de descumprimento do prazo de apresentação dos DOCUMENTOS DE CRÉDITO, a COMPRADORA compensará este valor mediante descontos sobre o valor dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA do correspondente PERÍODO DE FATURAMENTO.

7.13. As PARTES deverão efetuar o pagamento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, emitidos em moeda corrente nacional e apresentados conforme Cláusula 7.8, até o dia 15 (quinze) do MÊS subsequente ao correspondente PERÍODO DE FATURAMENTO, ou no 1º (primeiro) DIA ÚTIL imediatamente subsequente, quando não for DIA ÚTIL. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA complementares e/ou de ajustes terão vencimento no 5º (quinto) DIA ÚTIL após a respectiva emissão.

7.14. Os DOCUMENTOS DE CRÉDITO emitidos pela VENDEDORA deverão ser utilizados para abatimentos dos valores a serem indicados pela COMPRADORA por NOTIFICAÇÃO, quando do pagamento de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

7.15. Caso a COMPRADORA não possua débitos suficientes, a VENDEDORA quitará os DOCUMENTOS DE COBRANÇA mediante a emissão de DOCUMENTO DE CRÉDITO correspondente ao débito da COMPRADORA e o pagamento do saldo remanescente no prazo previsto na Cláusula 7.13.

7.16. As PARTES definirão as informações que constarão dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA e DOCUMENTOS DE CRÉDITO, respeitando determinações legais aplicáveis.



7.17. Serão incluídos nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA os tributos e encargos devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, vigentes nas datas das transações a que se referem os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

7.18. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) a PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, e:
 - (i) efetuar pontualmente o pagamento da importância total cobrada, NOTIFICANDO a parcela sujeita à restituição potencial; ou
 - (ii) efetuar pontualmente o pagamento da importância que julgue correta e depositar a parcela controvertida na CONTA DE CUSTÓDIA. O contrato celebrado entre as PARTES e o BANCO CUSTODIANTE deverá prever que os valores depositados só poderão ser sacados com expressa anuência de ambas as PARTES e que qualquer modificação ao contrato só será válida com a aprovação de ambas as PARTES.
- (b) se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância em até 3 (três) DIAS ÚTEIS contados da data do pagamento ou depósito a que se refere a Cláusula 7.17(a)(ii) e, conforme o caso:
 - (i) a PARTE reclamada restituirá a PARTE reclamante, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS, acrescidos dos ENCARGOS MORATÓRIOS, excluída a MULTA, a importância que havia sido objeto de controvérsia, em caso de ter sido efetuado seu pagamento sujeito à restituição potencial, na forma da Cláusula 7.17(a)(i); ou
 - (ii) a PARTE reclamada informará sua concordância ao BANCO CUSTODIANTE, para que este efetue imediatamente o correspondente crédito em favor da PARTE reclamante, acrescida dos eventuais rendimentos da CONTA DE CUSTÓDIA. Adicionalmente, a PARTE reclamada pagará à Parte reclamante a diferença, se houver, entre o rendimento da CONTA DE CUSTÓDIA e os ENCARGOS MORATÓRIOS, excluída a MULTA. Deverá, ainda, a PARTE reclamada depositar na CONTA DE CUSTÓDIA os valores correspondentes aos encargos tributários e demais custos relacionados com a quantia depositada, que venham a ser debitados da CONTA DE CUSTÓDIA. Caso não exista CONTA DE CUSTÓDIA aberta no momento da controvérsia, deverá ser aplicado o disposto na Cláusula 7.170(i).
- (c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida aos mecanismos previstos neste CONTRATO.

7.19. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia.

7.19.1. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos na Cláusula 7.17(b) e (c).

7.19.2. Após o prazo a que se refere à Cláusula 7.17(b), a qualquer tempo em que uma PARTE renunciar ou alterar seu entendimento sobre a controvérsia, poderá, conforme o caso:



- (a) restituir, à PARTE reclamante, a importância paga sujeita à restituição potencial, acrescida dos ENCARGOS MORATÓRIOS, inclusive a MULTA;
- (b) liberar do status de “sujeita à restituição potencial”, por meio de NOTIFICAÇÃO à PARTE reclamada, a importância que tenha sido paga na forma da Cláusula 7.17(a)(i);
- (c) autorizar o BANCO CUSTODIANTE a efetuar, em favor da outra PARTE, o correspondente crédito depositado na CONTA DE CUSTÓDIA, acrescido dos eventuais rendimentos da CONTA DE CUSTÓDIA, e pagar à outra PARTE a diferença, se houver, entre o rendimento da CONTA DE CUSTÓDIA e os ENCARGOS MORATÓRIOS, incluída a MULTA. A diferença será calculada em função do tempo decorrido entre (i) o vencimento da dívida e (ii) a data da efetiva liberação de tais montantes na CONTA DE CUSTÓDIA. Deverá, ainda, a PARTE que renunciar ou alterar seu entendimento depositar na CONTA DE CUSTÓDIA os valores correspondentes aos encargos tributários e demais custos relacionados com a quantia depositada, que venham a ser debitados da CONTA DE CUSTÓDIA;
- (d) efetuar o pagamento dos custos e despesas porventura incorridos em eventual procedimento de solução de controvérsia.

7.19.3. A referida renúncia ou revisão deverá ser realizada por meio de NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, e, se for o caso, ao BANCO CUSTODIANTE e ao tribunal, extinguindo-se a controvérsia.

7.19.4. O procedimento da Cláusula 7.19.1 também será aplicável, no que couber, aos casos em que a PARTE deva (i) restituir importância paga sujeita à restituição potencial ou (ii) liberar importância depositada na CONTA DE CUSTÓDIA.

7.19.5. Em todas as hipóteses os custos de abertura e manutenção da CONTA DE CUSTÓDIA serão alocados a cada PARTE proporcionalmente à liberação da importância nela depositada resultante da solução da controvérsia.

8. TRIBUTAÇÃO

8.1. Os tributos de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso, salvo disposição em contrário e/ou convenção entre as PARTES.

8.1.1. Os tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO serão incluídos (gross-up) no valor total do DOCUMENTO DE COBRANÇA por ocasião do faturamento.

8.1.2. A COMPRADORA fornecerá todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da VENDEDORA, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária.

8.1.3. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

8.2. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos ou ainda forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de tributos apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor



faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante NOTIFICAÇÃO prévia, a diferença decorrente das respectivas alterações.

8.3. Caso ocorram erros (i) de medição do volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido com vencimento conforme estabelecido na Cláusula 7.13.

8.3.1. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

9. QUALIDADE DO GÁS

9.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, deverá atender às especificações da Resolução ANP N° 16 de 17/06/2008 para a Região Sudeste, ou a que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

9.2. Sempre que a VENDEDORA tiver ciência da possibilidade de o GÁS vir a ser fornecido no PONTO DE ENTREGA em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas na Cláusula 9.1, as seguintes regras serão aplicadas:

- (a) a VENDEDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, imediatamente após identificada a não conformidade do GÁS em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta Cláusula 9 (QUALIDADE DO GÁS), informando a desconformidade esperada no GÁS e indicando quais seriam os prováveis itens desconformes, os respectivos desvios de qualidade e o período provável em que o GÁS estará desconforme;
- (b) após o recebimento da NOTIFICAÇÃO de que trata a Cláusula 9.1(a), a COMPRADORA deverá NOTIFICAR a VENDEDORA, tão prontamente quanto possível, informando se aceita ou não receber GÁS fora de especificação. A falta de manifestação da COMPRADORA, no prazo máximo de 3 (três) horas contadas do horário de envio da NOTIFICAÇÃO mencionada, será considerada como opção da COMPRADORA de não receber o GÁS fora de especificação. Neste caso, as PARTES envidarão esforços para interromper o fornecimento de GÁS fora de especificação;
- (c) caso a COMPRADORA opte por receber o GÁS fora de especificação, esta deverá NOTIFICAR a VENDEDORA informando qual a QUANTIDADE DE GÁS fora de especificação que deseja receber. Essa QUANTIDADE DE GÁS será considerada como a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP). Neste caso, a COMPRADORA fará jus a um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o PREÇO DO GÁS aplicável a tal QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), exceto quando a desconformidade se trate: (i) apenas de PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), hipótese em que nenhum desconto será aplicado; (ii) da presença de partículas líquidas ou sólidas no GÁS, hipótese em que a VENDEDORA será responsável apenas pelos eventuais danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, comprovadamente causados à ESTAÇÃO DE ENTREGA.
- (d) caso a COMPRADORA decida não receber o GÁS fora de especificação ou não se manifeste no prazo estabelecido na Cláusula 9.1.(b) e, de fato, não retire o referido GÁS, estará caracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO, tomando-se por base a QUANTIDADE DIÁRIA



PROGRAMADA (QDP) e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS, ficando a VENDEDORA sujeita ao encargo previsto na Cláusula 14.2.2;

- (e) caso a COMPRADORA tenha informado que rejeitaria o GÁS fora de especificação ou não tenha se manifestado no prazo estabelecido na Cláusula 9.19.1(b), mas, a despeito disto, o GÁS tenha sido injetado no PONTO DE ENTREGA, ficará a VENDEDORA sujeita ao encargo previsto na Cláusula 14.2.3 sobre toda a QUANTIDADE DE GÁS em desconformidade, exceto quando a desconformidade se trate apenas de: (i) PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), hipótese em que nenhum encargo será aplicado; ou (ii) presença de partículas líquidas ou sólidas no GÁS, hipótese em que a VENDEDORA será responsável apenas pelos eventuais danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, comprovadamente causados à ESTAÇÃO DE ENTREGA.
- (f) Caso a VENDEDORA entregue GÁS fora de especificação, sem envio da NOTIFICAÇÃO prevista na Cláusula 9.1(a), ficará a VENDEDORA sujeita ao encargo previsto na Cláusula 14.2.30, sobre toda a QUANTIDADE DE GÁS em desconformidade, exceto quando a desconformidade se trate apenas de: (i) PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), hipótese em que nenhum encargo será aplicado; ou (ii) presença de partículas líquidas ou sólidas no GÁS, hipótese em que a VENDEDORA será responsável apenas pelos eventuais danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, comprovadamente causados à ESTAÇÃO DE ENTREGA.

9.2.1. A QUANTIDADE DE GÁS desconforme, para fins da Cláusula 9.1, será aquela que tenha sido retirada pela COMPRADORA nos horários em que a média das análises, citadas na Cláusula 9.1, tenha identificado a desconformidade em relação às especificações estipuladas na Cláusula 9.1. A QUANTIDADE DE GÁS desconforme será o volume medido no seguinte intervalo:

- (a) caso na ESTAÇÕES DE ENTREGA seja feita análise diária: o intervalo compreendido entre o instante da primeira análise em que se identificou a desconformidade e o instante da primeira análise em que se identificou a volta à conformidade; ou
- (b) caso na ESTAÇÕES DE ENTREGA seja feita análise contínua: o intervalo compreendido entre o instante da primeira análise em média horária em que se identificou a desconformidade e o instante da primeira análise em média horária em que se identificou a volta à conformidade.

10. PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS

10.1. A COMPRADORA enviará anualmente à VENDEDORA, com no mínimo 6 (seis) MESES de antecedência ao início de cada ANO, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS PELA COMPRADORA (QDS) para o ANO em referência, por PONTO DE ENTREGA.

10.1.1. Para o ANO do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) deverá ser solicitada até o último DIA ÚTIL do MÊS de julho do ANO anterior ao INÍCIO DO FORNECIMENTO.

10.2. A COMPRADORA enviará mensalmente, ao primeiro DIA ÚTIL de cada MÊS, à VENDEDORA NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS PELA COMPRADORA (QDS) para os três MESES subsequentes, por PONTO DE ENTREGA.

10.3. A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS PELA COMPRADORA (QDS) para o MÊS em referência por PONTO DE ENTREGA.

10.3.1. Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata a Cláusula 10.2 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.



10.4. A NOTIFICAÇÃO referida na Cláusula 10.2 explicitará:

- (a) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS;
- (b) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

10.5. A COMPRADORA deverá informar a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) à VENDEDORA até às 18:00h (dezoito horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da QDS conforme a última QDS informada, nos termos das Cláusulas 10.1, 10.2 ou 10.2. A VENDEDORA deverá aceitar os volumes de QDS como volumes de QDP, observando os limites previstos neste CONTRATO.

10.6. A COMPRADORA deverá informar a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) à VENDEDORA até às 12:00h (doze horas) do DIA do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da QDS conforme a última QDS informada, nos termos das Cláusulas 10.1, 10.2 ou 10.3. A VENDEDORA deverá aceitar os volumes de QDS como volumes de QDP, observando os limites previstos neste CONTRATO.

10.6.1.Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA NO FORNECIMENTO, excetuadas as hipóteses de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

10.7. A COMPRADORA compromete-se a retirar, considerando o PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

10.8. Quantidades Adicionais. A qualquer momento a COMPRADORA poderá solicitar e a VENDEDORA poderá aceitar volumes adicionais de GÁS de até 1.500.000 m³/dia (um milhão e quinhentos mil metros cúbicos de gás por dia), nas mesmas condições do CONTRATO.

10.9. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD).

- (a) Quando se registrar no PONTO DE ENTREGA, durante todo o DIA, PRESSÕES DE FORNECIMENTO maiores ou iguais à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO e não houver restrições no fornecimento de GÁS NOTIFICADAS pela VENDEDORA à COMPRADORA na forma da Cláusula 10.6.1, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:
 - (i) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP); ou
 - (ii) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR);
- (b) Quando se registrar no PONTO DE ENTREGA, em qualquer momento do DIA, PRESSÕES DE FORNECIMENTO menores que a PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO ou quando houver restrição no fornecimento de GÁS NOTIFICADA pela VENDEDORA à COMPRADORA na forma da Cláusula 10.4, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será igual à soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR).
- (c) Caso a COMPRADORA opte por receber qualquer QUANTIDADE DE GÁS fora de especificação, nos termos da Cláusula 9.1(c), a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:
 - (i) a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) NOTIFICADA pela COMPRADORA na forma prevista na Cláusula 9.1(c); ou
 - (ii) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR).



10.9.1. Para a apuração da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) aplica-se o disposto na Cláusula 10.9(a) nas situações em que houver queda de pressão:

- (a) pelo fato da COMPRADORA ou qualquer USUÁRIO do GÁS ter sido parte determinante para tal ocorrência;
- (b) para realização de CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO e dos equipamentos de segurança e controle, no PONTO DE ENTREGA, em que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (1ª) a COMPRADORA tenha sido NOTIFICADA previamente sobre a realização da CALIBRAÇÃO; (2ª) a queda de pressão não exceda a 15 (quinze) minutos; e (3ª) não haja prejuízo efetivo e comprovado ao consumo do GÁS.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

11.1. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, atendendo às especificações de QUALIDADE DO GÁS, previstas na Cláusula 9 (QUALIDADE DO GÁS).

11.2. As CONDIÇÕES DE ENTREGA somente poderão ser alteradas por meio de aditivo ao presente CONTRATO.

11.3. A COMPRADORA autorizará, sem custo para as PARTES, que a VENDEDORA ou empresas por ela contratada, instalem equipamentos dentro de suas instalações, para fins exclusivos de operacionalização deste CONTRATO e entrega do GÁS, os quais poderão ser regulados via acordos operacionais e outros documentos firmados pelas PARTES, a fim de operacionalizar a entrega do GÁS objeto do CONTRATO.

12. PARADAS PROGRAMADAS

12.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução parcial ou total no fornecimento ou recebimento de GÁS, para fins de reparo e manutenção técnica, em caráter preventivo ou corretivo, ou legalmente recomendada em equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS, nas quais ocorrerá redução no recebimento do Gás pela COMPRADORA ou na entrega do GÁS pela VENDEDORA. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue ou retirada durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de entrega da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

12.1.1. Para fins de PARADAS PROGRAMADAS, serão considerados como equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS o TRSP e infraestruturas associadas necessárias, e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física de propriedade das PARTES, seus contratados ou terceiros.

12.2. As PARTES têm direito a efetuar as PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

- (a) Quando desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA, deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 35 (trinta e cinco) DIAS de antecedência, informando a data de início de uma PARADA PROGRAMADA, bem como sua duração prevista.
- (b) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS não poderá exceder: (i) 30 (trinta) DIAS a cada período de 12 (doze) MESES, (ii) 15 (quinze) DIAS consecutivos em um mesmo trimestre civil.
- (c) As PARTES envidarão esforços para minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA.



12.2.1. Desde que justificado por razões técnicas, a realização de uma PARADA PROGRAMADA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO, (i) ser cancelada a qualquer tempo ou (ii) ter sua data alterada com no mínimo 7 (sete) e no máximo 15 (quinze) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA, desde que esta nova data postergue no máximo em até 30 (trinta) DIAS a data originalmente notificada.

12.2.2. A NOTIFICAÇÃO deverá conter a data de início da PARADA PROGRAMADA, a duração prevista e o motivo técnico de ser necessária a realização da PARADA PROGRAMADA na data informada, independentemente de limites percentuais ou períodos preestabelecidos. A outra PARTE não poderá recusar a programação da PARADA PROGRAMADA sem uma justificativa técnica.

13. MEDIÇÃO

13.1. As PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

13.2. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

13.3. A unidade de medida de volume será o METRO CÚBICO nas CONDIÇÕES BASE.

13.4. Para fins de cálculo da QUANTIDADE MEDIDA (QM) no SISTEMA DE MEDIÇÃO, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas do PONTO DE ENTREGA.

13.5. A medição do volume de GÁS fornecido à COMPRADORA será efetuada pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO da VENDEDORA, localizado no PONTO DE ENTREGA, respeitadas as normas e regulação vigentes.

13.6. Para a determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), a QUANTIDADE MEDIDA (QM) será multiplicada pela divisão do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio diário do GÁS no respectivo DIA no PONTO DE ENTREGA pelo PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDR_{ij} = QM_{ij} \times \frac{PCS_{ij}}{PCR}, \text{ onde}$$

<i>QDR</i>	É o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) no DIA “i”, no PONTO DE ENTREGA j, com ARREDONDAMENTO para número inteiro.
<i>QM</i>	Significa a QUANTIDADE MEDIDA, no DIA i, no PONTO DE ENTREGA j, com ARREDONDAMENTO para número inteiro.
<i>PCS_{ij}</i>	Significa o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio, ARREDONDADO até o primeiro algarismo inteiro, no DIA i, no PONTO DE ENTREGA j.
<i>PCR</i>	Significa o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

14. ENCARGOS

14.1. Estrutura de faturamento. Todos os encargos previstos nesta Cláusula deverão ser faturados por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA conforme estabelecido na Cláusula 7 (FATURAMENTO E DOCUMENTOS DE COBRANÇA), subitem DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

14.2. Encargos da VENDEDORA. A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), excetuadas as situações de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR e de PARADAS PROGRAMADAS.



14.2.1. Encargos por FALHA NO FORNECIMENTO. FALHA DE FORNECIMENTO significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA, de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de disponibilidade de GÁS, conforme o disposto neste Contrato; e ou
- (b) desconformidade em relação à QUALIDADE DO GÁS, prevista na Cláusula 9 (QUALIDADE DO GÁS), conforme estipulado na Cláusula 9.1.

14.2.1.1. Não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO no caso de:

- (a) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (b) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (c) ter havido prévia concordância da COMPRADORA, após NOTIFICAÇÃO pela VENDEDORA, conforme Cláusula 9.1(c) na hipótese da alínea (b) acima - em receber o GÁS em desconformidade com a QUALIDADE DO GÁS; ou
- (d) situações de PARADAS PROGRAMADAS.

14.2.2. Encargo por FALHA NO FORNECIMENTO diário: no caso de FALHA NO FORNECIMENTO, em determinado DIA, por PONTO DE ENTREGA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA um encargo calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$E_{FF(Dia)} = (f \times QDP - QDD - QNFM) \times (40\%) \times PG, \text{ onde:}$$

$E_{FF(Dia)}$	Significa o valor do encargo diário por FALHA NO FORNECIMENTO, caso positivo.
QDP	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA.
QDD	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD), em determinado DIA.
QNFM	Significa a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA, que não tenha sido considerada no momento da NOTIFICAÇÃO prevista na Cláusula 10.4(b).
PG	É a PREÇO DO GÁS, no PERÍODO DE FATURAMENTO em que ocorreu a FALHA NO FORNECIMENTO, expressa em R\$/m3, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
f	É o percentual previsto para o Encargo por FALHA NO FORNECIMENTO diário que corresponde a 100% (cem por cento).

14.2.3. Encargo por entrega de GÁS fora de especificação. No caso de entrega de GÁS fora de especificação pela VENDEDORA, em determinado DIA, por PONTO DE ENTREGA, conforme previsto na Cláusula 9.1, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA um encargo calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$E_{GD} = (QG_D) \times 40\% \times PG, \text{ onde:}$$

E_{GD}	É o valor do encargo por entrega de GÁS fora de especificação.
QG_D	É a QUANTIDADE DE GÁS entregue pela VENDEDORA fora de especificação, conforme previsto na Cláusula 9.2.1.
PG	É o PREÇO DO GÁS, no PERÍODO DE FATURAMENTO em que ocorreu a entrega de GÁS fora de especificação, expresso em R\$/m3, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

14.2.3.1. Adicionalmente, a VENDEDORA deverá indenizar a COMPRADORA pelos danos diretos comprovadamente sofridos em decorrência de entrega de GÁS fora da especificação sem a expressa anuência da COMPRADORA, conforme previsto na Cláusula 9.



14.2.4. Os encargos estabelecidos nas Cláusulas 14.2.2 e 14.2.3 são as únicas indenizações aplicáveis à COMPRADORA neste CONTRATO para os casos de FALHA NO FORNECIMENTO ou GÁS fora de especificação. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido. Em nenhuma hipótese os encargos de FALHA DE FORNECIMENTO (Cláusula 14.2.2) incidirão sobre o volume de QUANTIDADE DE GÁS fora de especificação.

15. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Se as PARTES não puderem cumprir quaisquer de suas obrigações neste CONTRATO, por motivo de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR nos termos do artigo 393 do Código Civil e seu parágrafo único, a PARTE afetada pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR não responderá pelas consequências do não cumprimento das obrigações durante o seu tempo de duração e proporcionalmente aos seus efeitos.

15.2. Para os fins deste CONTRATO, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR significa qualquer evento ou circunstância (ou qualquer combinação dos mesmos), cujo efeito está além do controle razoável de uma PARTE (a PARTE AFETADA), mas somente na medida em que esse evento ou circunstância:

- (a) não possa ter sido evitado por medidas que seriam razoavelmente esperadas da PARTE AFETADA agindo de forma razoável e prudente;
- (b) faz com que a PARTE AFETADA seja incapaz de cumprir (no todo ou em parte) ou cumpra com atraso qualquer uma de suas obrigações nos termos deste CONTRATO;
- (c) não seja resultado direto ou indireto de uma violação pela PARTE AFETADA da LEI APLICÁVEL ou uma falha da PARTE AFETADA em cumprir qualquer uma de suas obrigações sob este CONTRATO;

15.3. Sem limitação à generalidade do acima previsto, os eventos e circunstâncias seguintes serão qualificados como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, sempre observados os requisitos estabelecidos na Cláusula 15.1:

- (a) fogo, inundação, seca, explosão, distúrbio atmosférico, relâmpago, tempestade, temporal, furacão, ciclone, tufão, tornado, terremoto, tsunami, deslizamento de terra, perigos do mar, erosão do solo, subsidência, lavagem, epidemia, pandemia ou outros casos fortuitos;
- (b) guerra (declarada ou não declarada), tumulto, guerra civil, bloqueio, insurreição, pirataria, atos de inimigos públicos, invasão, embargo, revolução, comoção civil, rebelião, sabotagem ou ato de terrorismo;
- (c) greves, bloqueios ou outros distúrbios industriais ou disputas trabalhistas;
- (d) explosões, incêndios, avarias, acidente ou falha de máquina ou equipamento de processamento ou qualquer evento ou circunstância relacionada à atividade de produção, processamento, regaseificação, estoque, evacuação, transporte, importação de GNL e/ou compra e venda de gás natural;
- (e) contaminação química ou radioativa ou radiação ionizante;
- (f) cumprimento pela PARTE AFETADA DE um ato, regulamento, ordem ou demanda de uma AUTORIDADE GOVERNAMENTAL.

15.4. Os eventos ou circunstâncias a seguir não constituirão CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:

- (a) incapacidade (por quaisquer razões) de uma PARTE de pagar quaisquer quantias quando devidas;



- (b) a perda, falha grave ou inoperabilidade, dano ou indisponibilidade de quaisquer instalações que não sejam mencionadas acima;
- (c) avaria, falha, congelamento ou quebra de, ou a necessidade de fazer reparos ou alternâncias em quaisquer instalações ou equipamentos causados por desgaste normal ou por falha na manutenção adequada dessas instalações ou equipamentos; e
- (d) cumprimento pela PARTE AFETADA de um ato, regulamento, ordem ou demanda de uma AUTORIDADE GOVERNAMENTAL ou de qualquer pessoa agindo em nome de uma AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, nas circunstâncias em que tal ato, regulamento, ordem ou demanda afete exclusivamente ou principalmente a PARTE AFETADA e não seja aplicável a outras pessoas que fazem negócios no mesmo país.

15.5. Uma PARTE, exceto se for de outro modo expressamente especificado neste CONTRATO, será liberada dos compromissos assumidos neste CONTRATO e não será interpretado como estando em descumprimento de qualquer obrigação de acordo com este como a seguir:

- (a) no caso da VENDEDORA apenas por tanto tempo e até onde isso for devido ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:
 - (i) foi impedida ou teve restrições para a entrega de GÁS NATURAL em qualquer DIA; ou
 - (ii) foi incapaz de cumprir com quaisquer de suas outras obrigações de acordo com este CONTRATO ou descumpriu com qualquer garantia, avença ou compromisso segundo este CONTRATO
- (b) no caso da COMPRADORA apenas por tanto tempo e até onde isso for devido ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:
 - (i) foi impedida ou teve restrições para aceitar a entrega de GÁS NATURAL em qualquer DIA; ou
 - (ii) foi incapaz de cumprir com quaisquer de suas outras obrigações de acordo com este CONTRATO ou descumpriu com qualquer garantia, avença ou compromisso segundo este CONTRATO.

15.6. Uma PARTE desejando ser liberada de seus compromissos por motivo de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR deverá:

- (a) tão logo quanto possível após tomar conhecimento do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, NOTIFICAR por escrito a outra PARTE sobre a respectiva ocorrência, descrevendo-a com informações que indiquem sua natureza, em que medida impede o cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO e, com base nas informações então disponíveis, fornecer uma estimativa, não vinculante, da extensão e duração de sua incapacidade de cumprir as obrigações,
- (b) utilizar todos os recursos viáveis para mitigar os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR e, durante a sua ocorrência, manter a outra PARTE atualizada das informações e estimativas da duração do evento, bem como de sua impossibilidade de cumprir as obrigações, com exceção de greves, bloqueios ou qualquer outro tipo de disputa trabalhista, que poderão ser resolvidas pela PARTE AFETADA a seu exclusivo critério.

15.7. A ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR não eximirá a PARTE AFETADA da obrigação de pagar quaisquer quantias devidas à outra PARTE, relativas a período anterior a tal ocorrência.

15.8. Em caso de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, uma PARTE estará obrigada a cumprir seus compromissos caso deixe de tomar, tão logo quanto possível, quaisquer medidas que sejam razoavelmente praticáveis para retificar a condição de CASO FORTUITO OU FORÇA



MAIOR, a menos que não tomar quaisquer tais medidas seja, por si só, justificado por CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. A VENDEDORA não será obrigada a: (i) comprar outras quantidades de GÁS NATURAL; ou (ii) exceto na situação em que esteja instaurado e em funcionamento Plano de Contingência conforme legislação aplicável vigente, redistribuir as quantidades de seu portfólio, afetando outras obrigações contratuais.

15.9. Nenhuma ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será interpretada como uma prorrogação do Período de Fornecimento.

15.10. Efeitos no CONTRATO. Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como exonerada de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.11. Para cada DIA de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será estabelecida uma nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), considerando a QUANTIDADE DE GÁS que não será entregue e/ou retirada, conforme NOTIFICAÇÃO de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, que servirá de base para os encargos estabelecidos na Cláusula 14 (ENCARGOS).

15.12. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela Vendedora em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

15.13. A despeito do previsto na Cláusula 15.3, caso ocorra a impossibilidade de retirada e/ou de fornecimento parcial de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) poderá ser reduzida, na mesma proporção, mediante celebração de termo aditivo ao CONTRATO.

16. INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

16.1. A PARTE INADIMPLENTE será considerada como tendo cometido um EVENTO DE INADIMPLEMENTO caso:

- (a) a insolvência seja devidamente caracterizada ou iminente de alguma das Partes, desde que, neste último caso, suportada com base documental;
- (b) haja dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial;
- (c) seja deferida a recuperação judicial ou extrajudicial, desde que caracterizada a diminuição da capacidade de cumprimento das obrigações avençadas;
- (d) Seja decretada a falência;
- (e) Haja cisão, fusão, incorporação, transformação ou qualquer tipo de reorganização societária que implique diminuição da capacidade de cumprimento das obrigações ora avençadas;
- (f) tenha uma dificuldade financeira, execução, apreensão, sequestro ou outro processo legal lançado, cumprido ou processado sobre ou contra todos ou comprometendo substancialmente todos os seus ativos relacionados ao escopo do presente Contrato;
- (g) haja um evento de MUDANÇA DE CONTROLE onde o novo controlador não atenda os requisitos de conformidade ou de crédito ou, por qualquer outra razão, prejudique substancial e comprovadamente a sua capacidade de adimplemento das obrigações aqui assumidas
- (h) viole o compromisso de Conformidade nos termos previstos na Cláusula 20 (CONFORMIDADE).



- (i) qualquer declaração ou garantia feita por aquela PARTE neste CONTRATO que se provar tenha sido equivocada no momento em que foi feita e que não foi retificada pela PARTE INADIMPLENTE em até 15 (quinze) DIAS de NOTIFICAÇÃO da outra PARTE exigindo retificação; ou
- (j) aquela PARTE deixou de pagar um valor até a data de vencimento de acordo com este CONTRATO e o valor permanecer não pago por 30 (trinta) dias ou mais após a NOTIFICAÇÃO da outra PARTE sobre tal falta de pagamento;
- (k) perda por qualquer das PARTES de suas licenças, concessões ou autorizações necessárias para o cumprimento do objeto deste CONTRATO;
- (l) Em relação à VENDEDORA, se, por culpa da VENDEDORA, a VENDEDORA entregar no PONTO DE ENTREGA por qualquer tempo superior a 12 (doze) MESES consecutivos uma quantidade de GÁS NATURAL inferior 30% da QDC;
- (m) Em relação à COMPRADORA, se, por culpa da COMPRADORA, a COMPRADORA retirar no PONTO DE ENTREGA por qualquer tempo superior a 12 (doze) MESES consecutivos uma quantidade de GÁS NATURAL inferior a 30% da QDP, sem que tenha havido autorização da VENDEDORA;
- (n) Haja negligência de qualquer das PARTES para o cumprimento da Cláusula 2 (CONDIÇÕES PRECEDENTES).

Suspensão ou rescisão

16.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLENTO de qualquer das PARTES referente às Cláusulas 16.1(a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), o CONTRATO estará rescindido em 30 (dez) DIAS contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO enviada pela PARTE adimplente.

16.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLENTO de qualquer das PARTES referente às Cláusulas 16.1(i), (j), (k), (l), (m), (n), a PARTE adimplente deverá enviar NOTIFICAÇÃO a outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 60 (sessenta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO, desde que o referido EVENTO DE INADIMPLENTO seja sanável.

16.4. Se o EVENTO DE INADIMPLENTO for da COMPRADORA, enquanto o EVENTO DE INADIMPLENTO não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer programação de GÁS com sua respectiva QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS, sem incorrer em qualquer inadimplemento ou encargo, desde que notifique a COMPRADORA sobre tal decisão com, no mínimo, 30 (trinta) DIAS de antecedência da data em que pretende recusar solicitação de GÁS pela COMPRADORA. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

16.5. Se o EVENTO DE INADIMPLENTO for da VENDEDORA, enquanto o EVENTO DE INADIMPLENTO não seja totalmente sanado, a COMPRADORA estará desobrigada de atender a qualquer oferta de GÁS, sem incorrer em qualquer inadimplemento ou encargo, desde que notifique a VENDEDORA sobre tal decisão com, no mínimo, 30 (trinta) DIAS de antecedência da data em que pretende recusar a oferta de GÁS pela VENDEDORA. Eventual tolerância pela COMPRADORA em atender a oferta de GÁS pela VENDEDORA não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

16.6. Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLENTO, NOTIFICADO conforme Cláusulas 16.2 e 16.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas imediatamente e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.



16.7. Em caso de rescisão por EVENTO DE INADIMPLEMENTO, observado o disposto nesta Cláusula 16 (INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO), a PARTE INADIMPLENTE ficará obrigada a pagar à PARTE ADIMPLENTE multa contratual calculada através do Valor de Indenização da Resolução (VIR), conforme apurado abaixo:

$$\text{VIR} = (\text{QDC} \times \text{DF} \times \text{PG}); \text{ onde:}$$

VIR	Significa VALOR DE INDENIZAÇÃO DE RESOLUÇÃO antecipada do CONTRATO a ser pago pela PARTE solicitante à outra PARTE.
QDC	Significa QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente na data de resolução do CONTRATO.
DF	Significa a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO, limitado a 365 (trezentos e sessenta e cinco) DIAS.
PG	Significa o PREÇO DO GÁS (PG) vigente na data de resolução do CONTRATO, acrescido dos tributos e encargos aplicáveis.

16.8. Acordam as PARTES que o valor estipulado na Cláusula 16.7 representa a totalidade de indenização exigível das PARTES em decorrência da rescisão, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente, ressalvados os valores devidos à outra PARTE, nos termos da Cláusula 16.12.

16.9. Será emitido um DOCUMENTO DE COBRANÇA pela PARTE Adimplente à PARTE Inadimplente com o valor, acrescido dos tributos aplicáveis, correspondente ao VIR, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) dias após a data de sua emissão.

16.10. Caso um Evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR justifique a falha ou atraso no cumprimento, por uma PARTE, de uma obrigação relevante, por um período de mais de 12 (doze) meses consecutivos a contar da Data de NOTIFICAÇÃO do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, a outra PARTE terá o direito de resolver este contrato mediante NOTIFICAÇÃO prévia, por escrito. Em nenhuma hipótese a PARTE AFETADA pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será considerada inadimplente, não sendo cabível a cobrança de encargos.

16.10.1. Será emitido um DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE solicitante pela outra PARTE com o valor, acrescido dos tributos aplicáveis, correspondente ao VIR, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) dias após a data de sua emissão.

16.11. O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra, nas seguintes ocorrências, ressalvadas as condições descritas na Cláusula 16.12:

- (a) por mútuo acordo das PARTES;
- (b) pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de GÁS em sua totalidade em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES.

16.12. A resolução do CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula 16 (INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO) e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista na Cláusula 16.7, não eximirá a PARTE do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE, incluindo todos os encargos previstos neste CONTRATO, até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões do CONTRATO sobre sigilo e confidencialidade, incidências



tributárias e solução de controvérsias e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

17. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

17.1. A VENDEDORA e a COMPRADORA, durante todo o período deste CONTRATO, cooperarão e tornarão disponíveis uma para a outra tais informações conforme possam ser razoavelmente necessárias para permitir que VENDEDORA e a COMPRADORA cumpram com suas respectivas obrigações de acordo com este CONTRATO.

17.2. Os termos e condições deste CONTRATO e de quaisquer informações confidenciais e sigilosas por escrito, verbais ou no formato eletrônico que uma PARTE obtiver da outra segundo este CONTRATO (tais termos e condições e informações juntas compreendendo as “INFORMAÇÕES DIVULGADAS”) serão tratados como confidenciais até três (3) anos após este CONTRATO ter expirado ou ter sido rescindido. Exceto com relação aos seus REPRESENTANTES, que deverão tratar as informações com a devida confidencialidade, as INFORMAÇÕES DIVULGADAS não serão divulgadas a qualquer pessoa, em sua totalidade ou em parte, por uma PARTE que a receber segundo este CONTRATO (uma “PARTE RECEPTORA”), sem o consentimento escrito prévio da PARTE que a divulgar de acordo com os termos deste CONTRATO (uma “PARTE DIVULGADORA”).

17.3. Não será exigido que nenhuma PARTE RECEPTORA obtenha o consentimento prévio da PARTE DIVULGADORA em relação à divulgação das INFORMAÇÕES DIVULGADAS a outra pessoa que:

- (a) no momento de sua divulgação de acordo com este instrumento ou posteriormente torne-se de modo geral disponível ao público por outro motivo que não uma violação a este CONTRATO;
- (b) já seja do conhecimento da PARTE RECEPTORA no momento de seu recebimento ou aquisição da PARTE DIVULGADORA ou seja desenvolvida de forma independente pela PARTE RECEPTORA posteriormente; ou
- (c) seja posteriormente adquirida legalmente pela PARTE RECEPTORA sem promessa de sigilo de uma pessoa que não seja uma parte deste CONTRATO.

17.4. Não será exigido que nenhuma PARTE RECEPTORA obtenha o consentimento prévio da PARTE DIVULGADORA em relação à divulgação de INFORMAÇÕES DIVULGADAS a outra pessoa que sejam:

- (a) diretores, executivos e empregados da PARTE RECEPTORA;
- (b) acionistas, proprietários ou AFILIADA de tal PARTE RECEPTORA e seus respectivos diretores, executivos e empregados;
- (c) pessoas profissionalmente comprometidas com tal PARTE RECEPTORA, desde que tenham dever de sigilo e confidencialidade;
- (d) enviadas a qualquer agente financeiro, mutuante, investidor ou cessionário proposto primeiro concordar por escrito com tal PARTE em estar obrigado pelas disposições referentes à confidencialidade que não sejam menos rigorosas do que aquelas contidas nesta Cláusula 16 (INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO) e contanto que a PARTE RECEPTORA envide esforços razoáveis para garantir a conformidade com tais disposições) de acordo com ou em relação a:
 - (i) financiamento das operações de tal Parte contempladas neste instrumento; e
 - (ii) qualquer cessionário em potencial de todos ou parte dos direitos ou obrigações da Parte de acordo com este Contrato;
 - (iii) que seja exigido ou solicitado a ser divulgado de acordo com qualquer processo legislativo, administrativo, judicial ou outro processo jurídico vinculando a Parte



- Receptora, informando previamente a PARTE DIVULGADORA, quando possível, previamente à divulgação; ou
- (iv) que seja solicitado que seja divulgado pelas regras e regulamentos de qualquer bolsa de valores na qual as obrigações deste CONTRATO, as ações da PARTE RECEPTORA ou as ações de quaisquer de suas AFILIADAS estejam listadas contanto que, antes de fazer tal divulgação, a PARTE RECEPTORA consulte a outra Parte e forneça àquela Parte uma cópia da minuta de divulgação e os motivos porque está sendo exigido que estas sejam assim divulgadas;
 - (e) que seja exigido ou solicitado a ser divulgado de acordo com qualquer processo legislativo, administrativo, judicial ou outro processo jurídico vinculando a PARTE RECEPTORA; ou
 - (f) que seja solicitado que seja divulgado pelas regras e regulamentos de qualquer bolsa de valores na qual as obrigações deste CONTRATO, as ações da PARTE RECEPTORA ou as ações de quaisquer de suas AFILIADAS estejam listadas contanto que, quando possível, antes de fazer tal divulgação, a PARTE RECEPTORA consulte a outra PARTE e forneça àquela PARTE uma cópia da minuta de divulgação e os motivos porque está sendo exigido que estas sejam assim divulgadas;

17.4.1. Nas hipóteses previstas na Cláusula 17.4, não será caracterizada a infração ao compromisso de sigilo, contanto que (i) qualquer divulgação de INFORMAÇÕES DIVULGADAS por uma PARTE RECEPTORA de outra maneira que não as dispostas na Cláusula 17.4 (e) e (f) devem ser justificadas por um sigilo razoável de qualquer pessoa a quem a divulgação for feita, (ii) no caso da Cláusula 17.4(a) (b) e (c), a PARTE RECEPTORA envidará esforços razoáveis para limitar tal divulgação, e (iii) será exigido das pessoas citadas na Cláusula 17.4(c) por tal PARTE que se comprometam por escrito a manter tais INFORMAÇÕES DIVULGADAS confidenciais e contanto ainda que tal PARTE envide esforços razoáveis para garantir a conformidade com tal compromisso.

18. CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

18.1. O CONTRATO poderá ser cedido, no todo ou em parte, a uma pessoa jurídica que reúna as mesmas ou similares condições de garantia técnica e solvência financeira e risco de integridade que a cedente, com a efetiva transferência e sub-rogação de todos os direitos e obrigações estipulados no CONTRATO, desde que mediante aprovação da PARTE não cedente conforme Cláusula 18.2. A sub-rogação se efetuará uma vez respeitada a legislação vigente.

18.2. A PARTE que desejar ceder seus direitos e obrigações, conforme Cláusula 19.1, deverá manifestar sua intenção, mediante NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, que deverá concordar ou justificar a recusa, esta baseada em critério de natureza técnica e/ou econômico-financeira ou, ainda, de não conformidade com o disposto na Cláusula 20(CONFORMIDADE) deste CONTRATO e com o risco de integridade da pessoa jurídica, em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) DIAS.

18.3. A falta de manifestação formal em contrário no prazo estipulado será considerada como plena concordância com a cessão pela PARTE omissa.

18.4. Tendo havido recusa que não seja considerada procedente pela PARTE que deseja efetuar a cessão, o assunto será submetido aos mecanismos de solução de controvérsias, conforme previsto no Cláusula 24.

18.5. Não obstante o acima, qualquer uma das PARTES, sem o consentimento da outra PARTE, poderá ceder direitos e obrigações sob este CONTRATO, no todo ou em parte, mediante aviso prévio de trinta (30) dias à outra PARTE, a uma AFILIADA com plena capacidade para assumir



tais direitos e obrigações sob este CONTRATO. Uma PARTE que ceder direitos ou delegar obrigações a uma AFILIADA na forma desta cláusula deverá fazê-lo por escrito e fornecer uma cópia desse documento à outra PARTE.

19. NOTIFICAÇÕES

19.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios para onde devem ser enviadas as NOTIFICAÇÕES relacionadas ao CONTRATO:

- (i) **VENDEDORA**
End. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar
CEP: 04538-132
Fone: (011) 99974-3735
A/C: Fabio Bertollo
E-mail: fabio.bertollo@cpas.com.br
- (ii) **COMPRADORA**
End. Rua Capitão Faustino de Lima, nº 134, Brás
CEP: 03040-030
Fone: (021) 99446-3141
A/C: Tatiana Ferreira Lemos
E-mail: TFLemos@comgas.com.br

19.2. Serão válidas como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE à outra, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

- (i) **VENDEDORA**
End. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar
CEP: 04538-132
Fone: (011) 99974-3735
A/C: Fabio Bertollo
E-mail: fabio.bertollo@cpas.com.br
- (ii) **COMPRADORA**
End. Rua Capitão Faustino de Lima, nº 134, Brás
CEP: 03040-030
Fone: (021) 99446-3141
A/C: Tatiana Ferreira Lemos

19.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra.

19.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

20. CONFORMIDADE

20.1. As PARTES declaram, em relação a este CONTRATO e ao negócios dele decorrentes, que: (a) têm conhecimento e cumprirão as Leis Anticorrupção; (b) não fizeram, ofereceram, autorizaram ou aceitaram, assim como devem abster-se de fazer, oferecer, autorizar ou



aceitar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, presente, promessa, doação, concessão ou vantagem que incluiria um pagamento de facilitação, lavagem de dinheiro ou violação às Leis Anticorrupção a (i) funcionário público ou equiparado; (ii) qualquer empregado da outra PARTE; ou (iii) qualquer terceiro, que possa constituir evasão fiscal, violação à legislação aplicável e às Leis Anticorrupção.

20.2. As PARTES deverão manter registros contábeis precisos e completos de todas as suas atividades, bem como controles internos e confiáveis para a pronta elaboração de relatórios financeiros que reflitam verdadeiramente as atividades a que se referem, tais como a finalidade de cada transação, com quem ele foi celebrado, para quem a transação foi realizada, ou o objeto da transação.

20.2.1. As PARTES deverão manter arquivados tais livros e registros durante o prazo de tempo exigido pela Legislação Aplicável ou por sua política própria, valendo o prazo maior.

20.3. As PARTES devem cumprir rigorosamente a legislação aplicável e as Leis Anticorrupção, o que inclui, entre outros, a lei brasileira nº 12.846/2013, e comprometem-se a permitir e cooperar com qualquer investigação ou auditoria implantada para verificar o combate à fraude e à corrupção. Cada PARTE, durante o prazo de duração deste CONTRATO e nos 10 (dez) anos após o seu término, mediante NOTIFICAÇÃO que comprove a necessidade da auditoria: (i) uma vez que tenha conhecimento de qualquer ação que viole esta Cláusula 20 (CONFORMIDADE); ou (ii) em razão de determinação legal/judicial, terá o direito de auditoria aos livros e registros da outra PARTE, relacionados ao escopo do presente CONTRATO, para cumprimento do disposto nesta Cláusula 20 (CONFORMIDADE). As PARTES se comprometem desde já que o objeto da referida auditoria seja estritamente limitado às operações efetuadas em virtude deste CONTRATO, a fim de minimizar os impactos para a PARTE auditada.

20.4. Qualquer das PARTES, de boa-fé, poderá rescindir este CONTRATO, mediante NOTIFICAÇÃO por escrito, caso a outra PARTE esteja envolvida em qualquer ato de corrupção, de qualquer natureza, omissiva ou comissiva, ou caso, por qualquer outra forma, tal Parte viole o disposto nesta Cláusula 20 (CONFORMIDADE).

20.5. É vedado a qualquer das PARTES oferecer ou receber qualquer vantagem indevida que direta ou indiretamente favoreça a outra PARTE.

20.6. As PARTES declaram que mantêm um programa de integridade e incentivam e fiscalizam regularmente o seu cumprimento, e ainda mantêm e divulgam canais de denúncias de irregularidades.

20.7. As PARTES declaram, por si ou qualquer empresa integrante do mesmo grupo econômico, que não constam do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) ou do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

20.8. As PARTES garantem que conduzem e conduzirão seus negócios segundo os patamares éticos mais elevados e observarão todas as leis aplicáveis ao cumprimento de suas obrigações contidas neste CONTRATO, bem como as Leis Anticorrupção e as normas emitidas pelas Partes em suas próprias políticas e Códigos de Conduta e Ética. Na hipótese de qualquer das PARTES violar qualquer dispositivo da legislação vigente e aplicável ao CONTRATO, bem como de sua obrigação de manter conduta ética e de boa-fé, a outra PARTE poderá rescindir motivadamente este Contrato de pleno direito conforme Cláusula 16.7.

20.9. As Partes declaram e garantem que nenhum dos seus administradores societários é pessoa pública ou relacionado a uma pessoa pública ou agente público, nos termos da lei,



bem como a referida empresa nunca se envolveu e não se envolverá em práticas de fraude ou corrupção.

21. SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA

21.1. As PARTES comprometem-se a observar as normas legais e regulatórias relacionadas ao TRSP e à distribuição de GÁS, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de GÁS e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;
- (c) proteção e segurança do USUÁRIO quando da utilização do GÁS.

22. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

22.1. As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.
- (d) O CONTRATO vinculará e obrigará as PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título, incluindo sem limitação as hipóteses de cisão, fusão ou incorporação de qualquer das PARTES.
- (e) O término, a resolução ou a rescisão do CONTRATO não eximirá qualquer PARTE de suas obrigações que subsistam em relação ao mesmo.

22.2. As PARTES declaram a mais ampla concordância com os termos deste CONTRATO, além de ter pleno conhecimento que:

- (a) Todas as informações deste CONTRATO são suficientes e possuem todos os elementos necessários de operacionalização do mesmo.
- (b) O presente CONTRATO está em base equilibrada para as PARTES e apresenta condições comerciais de interesse das mesmas.

23. TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS

Nulidade das cláusulas contratuais.



23.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência do CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. O CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

23.2. Na hipótese da Cláusula 23.1, as PARTES, por meio de aditivo ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as Partes entendam ser a disposição original e sua finalidade.

Modificação das cláusulas.

23.3. Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as PARTES.

23.4. Nas hipóteses previstas neste CONTRATO em que as PARTES deverão formalizar por meio de termo aditivo, caso as PARTES não alcancem um acordo em 120 (cento e vinte) DIAS, a questão deverá ser submetida aos mecanismos previstos na Cláusula 24 (SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS).

Novação

23.5. As estipulações previstas no CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.

23.6. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia ou novação a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

23.7. Os eventos abaixo especificados não serão considerados como precedentes capazes de novar, tácita ou expressamente, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) adotada no CONTRATO permanecendo inalterados os direitos e obrigações estabelecidos no CONTRATO:

- (a) o fornecimento em base contínua ou alternada, pela VENDEDORA à COMPRADORA, de qualquer QUANTIDADE DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC); ou
- (b) a retirada em base contínua ou alternada, pela COMPRADORA, de qualquer QUANTIDADE DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

23.8. Cumprimento das obrigações por terceiros. Cada PARTE terá direito de indicar terceiros para o cumprimento das obrigações deste Contrato em seu nome por terceiros (incluindo qualquer operador, funcionário, agente ou contratada independente), contanto que:

- (a) tal PARTE permaneça responsável perante a outra PARTE pela devida realização de tais obrigações e por qualquer descumprimento ou não realização de tais terceiros (ou qualquer operador, agentes, contratadas ou funcionários de tais terceiros) como se tal própria PARTE tivesse deixado de realizar a obrigação correspondente;
- (b) tal Parte terá direito de ser liberada de tal obrigação apenas por motivos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR até onde tais terceiros teriam tal direito a ser liberados caso tais terceiros fossem uma PARTE;



- (c) as PARTES contarão apenas com cada uma delas para a realização das obrigações de acordo com este Contrato e nenhuma das Partes tomará medidas contra qualquer operador, agente ou contratada que a outra PARTE contratar em conformidade com esta Cláusula.

23.9. Alterações supervenientes. Em função do presente contexto de revisão da política nacional para o mercado de gás, com impactos nas regulações aplicáveis, as PARTES declaram-se cientes que poderão ocorrer alterações supervenientes nas normas vigentes, que poderão impactar os pontos aqui tratados e deverão ser considerados e negociados de boa-fé, buscando a convergência de interesses para a aplicação e eficácia do CONTRATO nos termos legais, sem que deem causa à suspensão das negociações ou da compra e venda de GÁS aqui prevista.

23.10. Totalidade das avenças. Este CONTRATO constitui a totalidade do avençado entre as PARTES em relação às vendas e compras de GÁS NATURAL entre as PARTES e todas as declarações, garantias ou outras cauções, negociações, minutas, atas de reuniões, cartas ou notas anteriores entre as PARTES e os compromissos serão excluídos de qualquer interpretação deste CONTRATO contanto que nenhuma disposição deste CONTRATO limite ou exclua qualquer responsabilidade por fraude.

24. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

24.1. Foro. As PARTES elegem o foro da Comarca de São Paulo - SP para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste CONTRATO.

24.2. Lei Aplicável. Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

25. ASSINATURAS

25.1. Este CONTRATO será assinado pelas PARTES e por duas testemunhas de forma presencial ou eletrônica, desde que mediante utilização de ferramenta que reconheça expressamente a autoria e integridade das respectivas assinaturas.

25.2. As PARTES desde já reconhecem que, ao optarem pelas assinaturas eletrônicas, estas serão válidas nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

25.3. Os campos de assinatura não serão aplicáveis se as PARTES optarem pela utilização de ferramenta que disponibilize o protocolo de validade das assinaturas em documento apartado, contendo a data de assinatura.

25.4. Em qualquer hipótese de assinatura eletrônica, este instrumento terá efeitos após a data da última assinatura do(s) representante(s) legal(is) das PARTES, sendo esta a data de início de sua vigência, exceto se expressamente previsto de forma diversa neste instrumento.

As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral deste CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, mediante a assinatura eletrônica, sendo que a data de celebração deste CONTRATO será a data da última assinatura eletrônica validada.

[Assinaturas na página seguinte]



Página de assinaturas integrante e indissociável do contrato firme de compra e venda de gás natural firmado em 30 de agosto de 2021 entre Compass Comercialização S.A. e Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

DocuSigned by:
Sergio Luis da Silva
[REDACTED]
F8B2F8AAB05F4E07BFD100C12162BFB3

DocuSigned by:
Renata Regina de Oliveira
[REDACTED]
F8B2F8AAB05F4E07BFD100C12162BFB3

VENDEDORA

DocuSigned by:
André Luiz de Paula Junior
[REDACTED]
F8B2F8AAB05F4E07BFD100C12162BFB3

DocuSigned by:
Tatiana Ferreira Lima
[REDACTED]
F8B2F8AAB05F4E07BFD100C12162BFB3

COMPRADORA

TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:
[Handwritten Signature]
[REDACTED]

Nome:
CPF:
RG:

DocuSigned by:
[Handwritten Signature]
[REDACTED]

N:
CPF:
RG:

